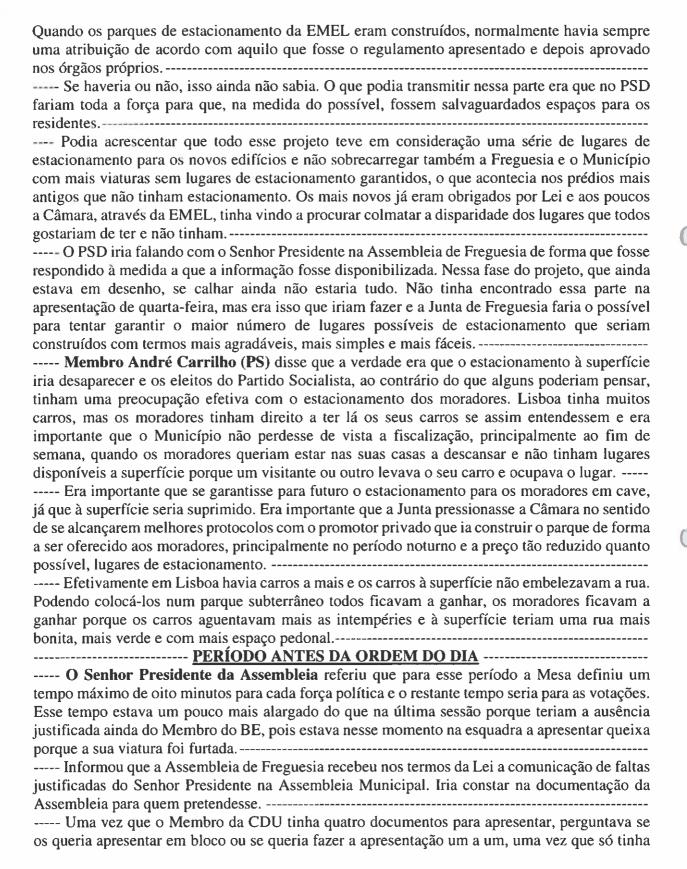


todas as cidades. Ao longo dos anos foi sempre assim, independentemente dos executivos.



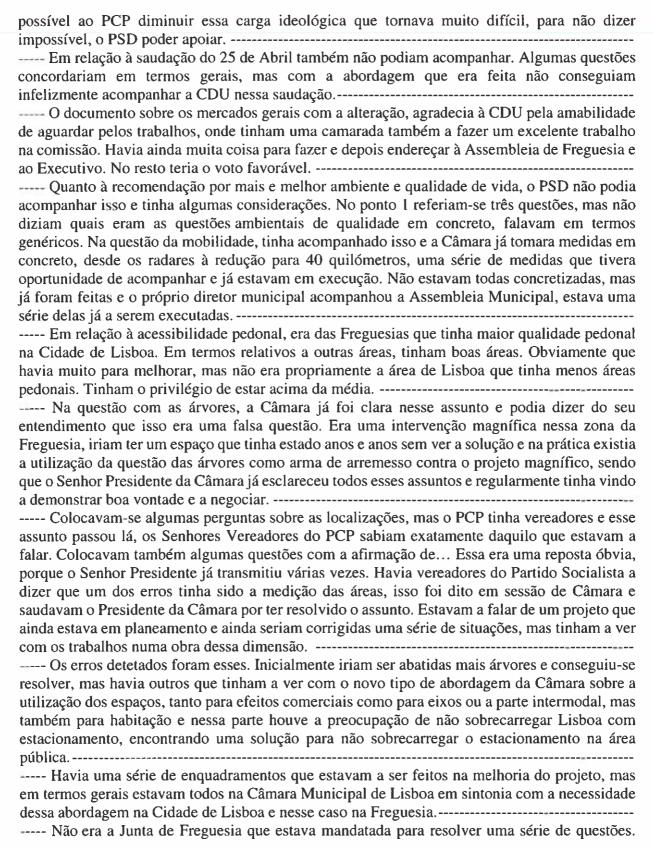




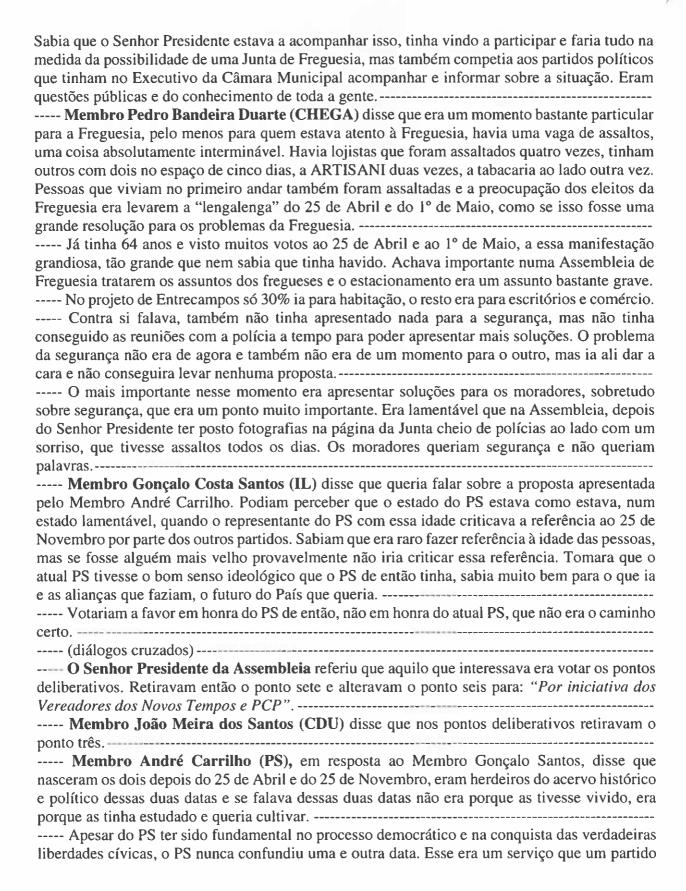
oito minutos. Fariam a votação no final das intervenções todas. --------- Membro João Meira dos Santos (CDU) começou por dizer que gostava de pedir à Mesa alguma tolerância no que dizia respeito à questão da votação em bloco, porque poderia ser um pouco confuso em termos de votação final, até para a população presente e por vezes para alguns eleitos, do que propriamente votar em ponto a ponto. Tornava-se mais claro o que cada força política iria votar do que votar tudo em bloco no final. Já fizeram isso no passado e não correu assim tão bem, pelo que apelava à Mesa e ao Senhor Presidente para que se votasse cada documento e não todos no final.--------- O Senhor Presidente da Assembleia disse que estava a interpretar como um ponto de ordem à Mesa e não como início da intervenção.---------- Por uma questão de funcionamento da Mesa era mais fácil fazer a votação no final em bloco. Estariam a discutir um ponto e fazia-se a votação, depois outro ponto e fazia-se a votação, com isso perdiam tempo. Era por uma questão de serem mais produtivos e que o PAOD pudesse durar de facto os sessenta minutos e não aquelas coisas intermináveis que tinham antes de implementar esse método, que no entender da Mesa funcionou muito bem na última Assembleia de Freguesia. Portanto, pedia que fosse feita a apresentação um a um e no final votariam em bloco.---------- Membro João Meira dos Santos (CDU) apresentou a Recomendação "Mais e Melhor Ambiente, Melhor Qualidade de Vida" (ANEXO 4), a Recomendação "Mais e melhor qualidade de vida - Pela promoção do Mercado de Santos ao Rego (ANEXO 5), Saudação "À Grandiosa Manifestação dos Trabalhadores no dia 5 de Abril" (ANEXO 6) e Saudação "Ao 25 de Abril e 1º de Maio" (ANEXO 7). ---------- Membro Américo Vitorino (PSD) disse que tinha um pedido de esclarecimento direto sobre algumas das questões nos documentos, porque houve algumas situações que não foram esclarecidas. --------- A primeira coisa que perguntava à CDU era se faria a alteração do documento, a questão do Santos ao Rego, tendo em conta que estava uma comissão a trabalhar sobre esse assunto. Tiveram oportunidade de abordar a CDU para deixar essa parte quando terminassem os trabalhos e ficando no documento apenas as partes referentes aos mercados em termos gerais. Era só isso, não tinha nenhuma consideração. ---- Membro Gonçalo Costa Santos (IL) disse que estava um pouco na dúvida se era uma declaração política ou para pedir esclarecimentos, porque queria perguntar se o Membro da CDU se importava que votassem a recomendação ponto a ponto. Havia pontos que concordavam e outros que discordavam e para não estar a prejudicar a recomendação toda.--------- Relativamente ao resto, iriam votar tudo contra. ---------- Membro André Carrilho (PS) apresentou os Votos de Saudação "Ao 25 de Abril e ao 1º de Maio" (ANEXO 8) e "Aos 50 anos das eleições constituintes" (ANEXO 9). ---------- Membro Américo Vitorino (PSD) disse que o PSD iria votar favoravelmente o voto de saudação ao 25 de Abril e 1º de Maio apresentado pelo PS e gostaria de subscrever o voto de saudação aos 50 anos das eleições constituintes, caso o PS assim o entendesse. -----Sobre os textos apresentados pela CDU, o PSD gostaria muito de votar favoravelmente também a saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio apresentado pela CDU, mas dado o caráter bastante ideológico e marcado nos considerandos, tendo havido alguma abertura da CDU para incluir alguns envios a outros sindicatos que não apenas à sagrada CGTP, mas em relação aos

considerandos não foi possível pelo teor bastante ideológico do mesmo. Infelizmente, muito a contragosto, não conseguiriam aprovar isso e solicitavam que noutras saudações, se fosse

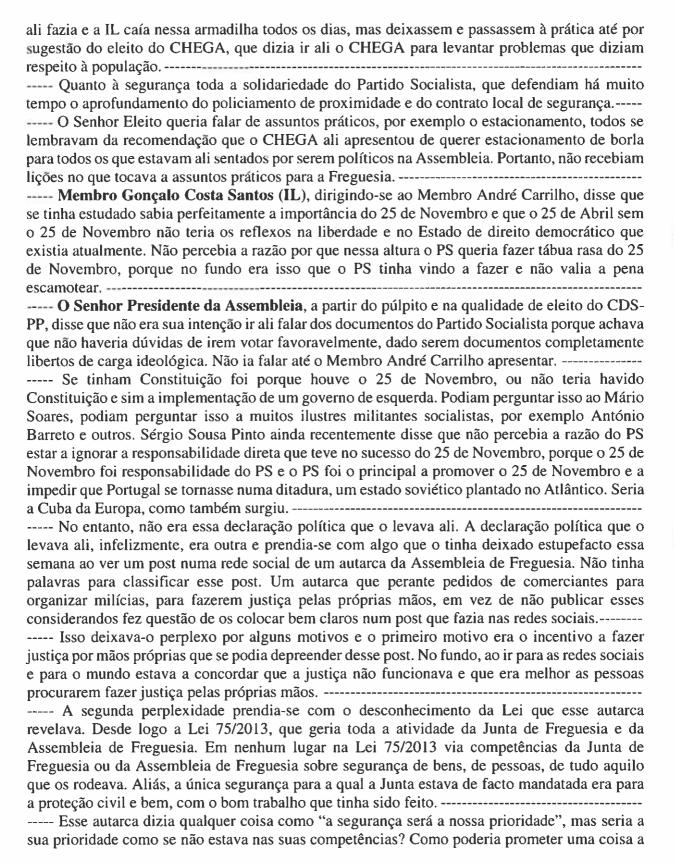




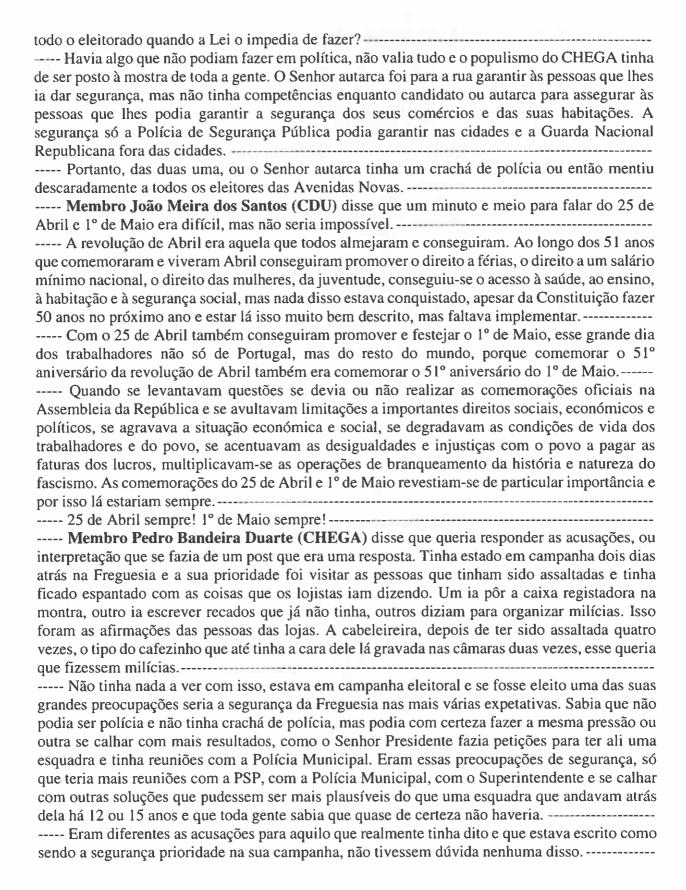




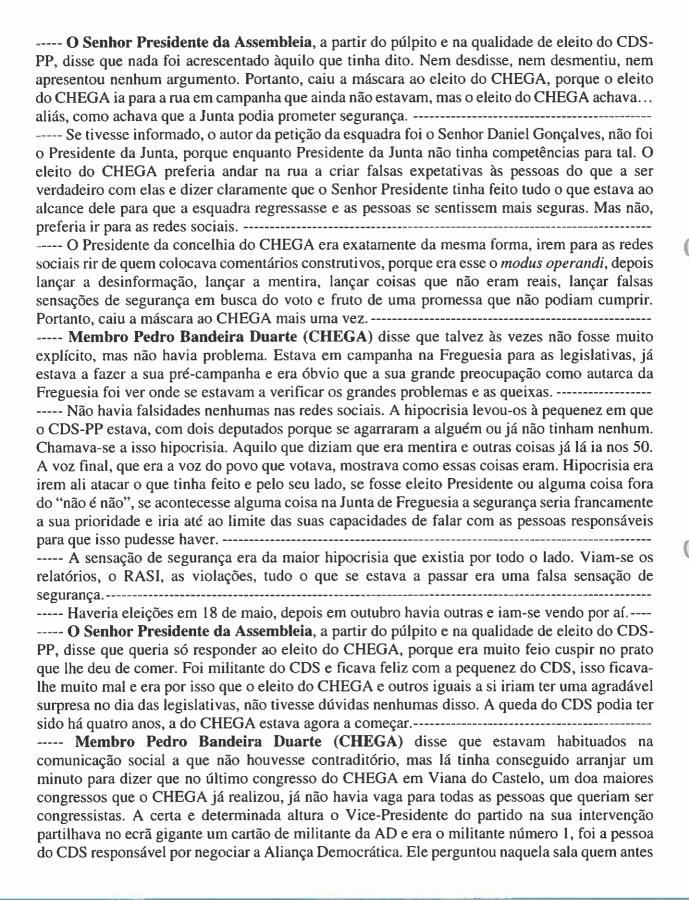




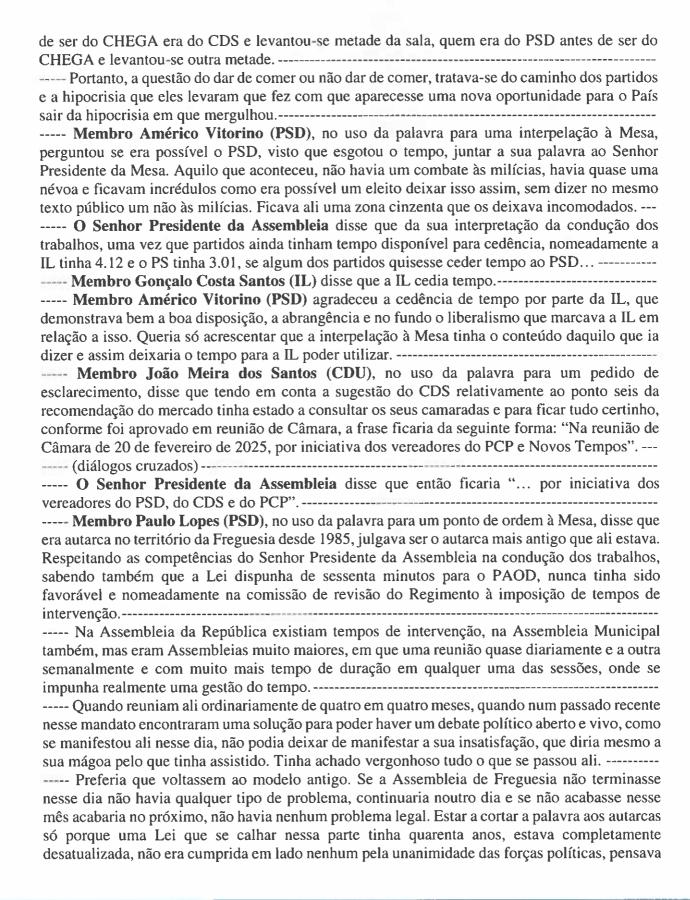






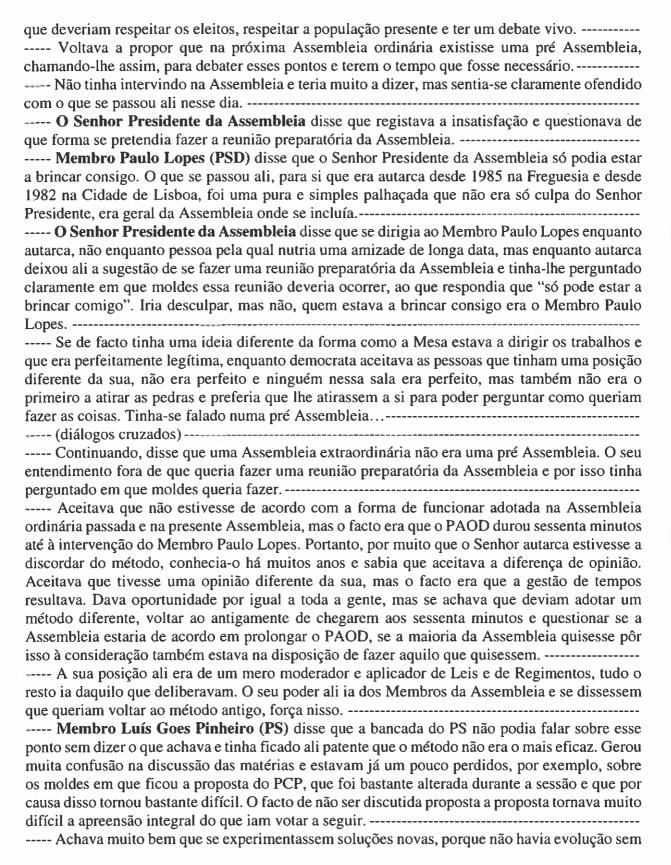




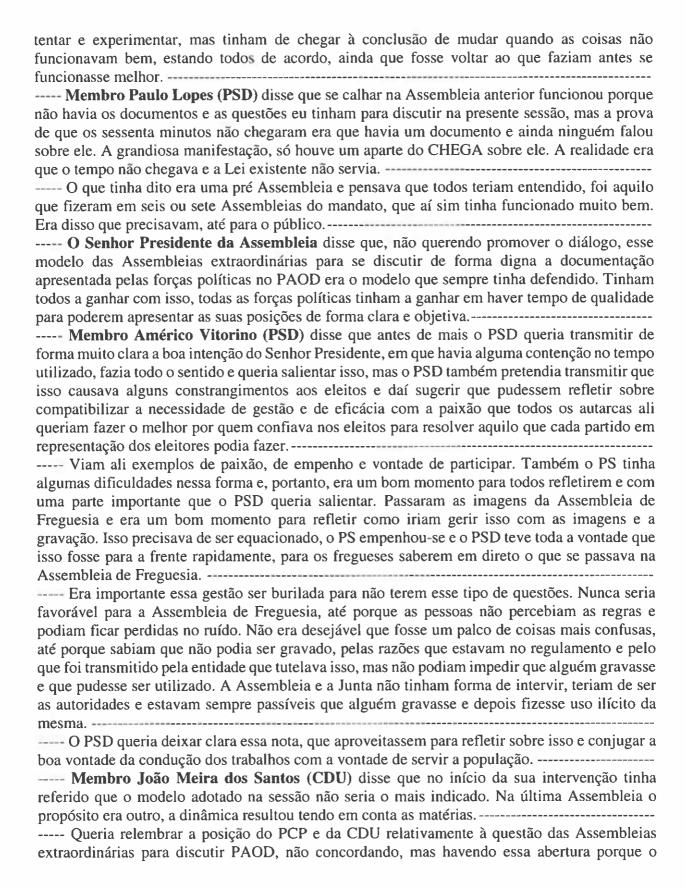




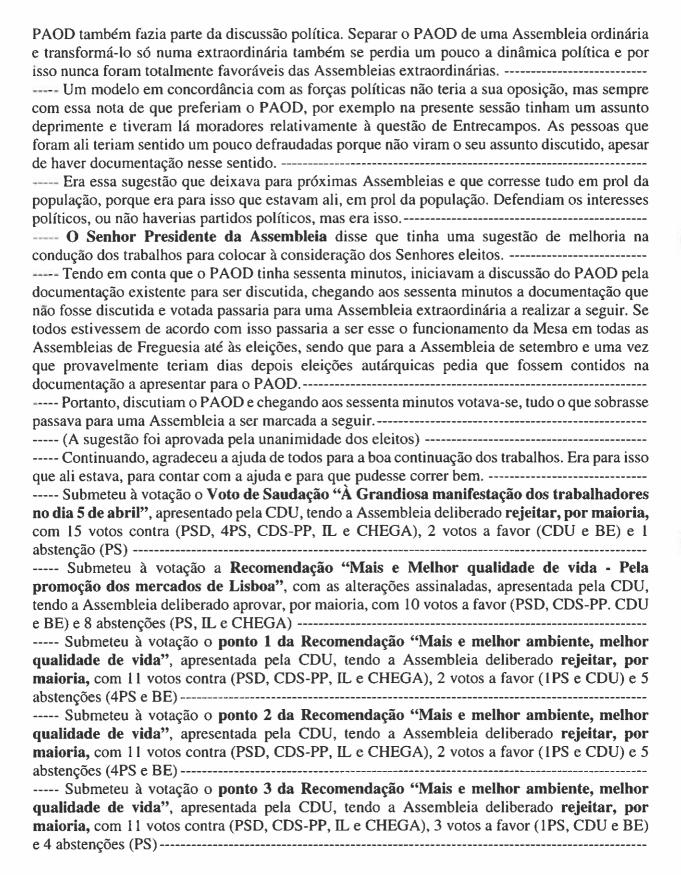




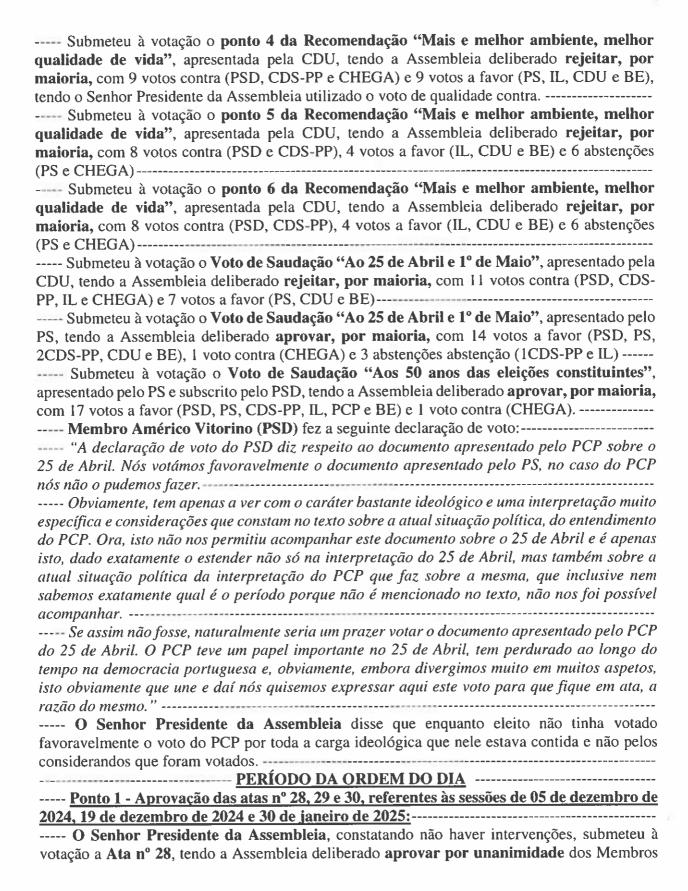










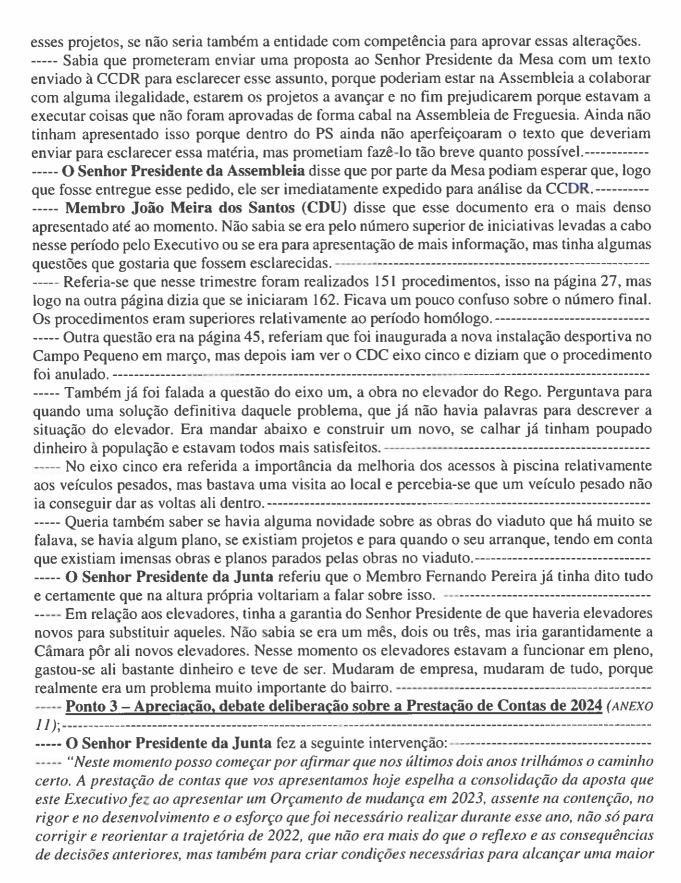






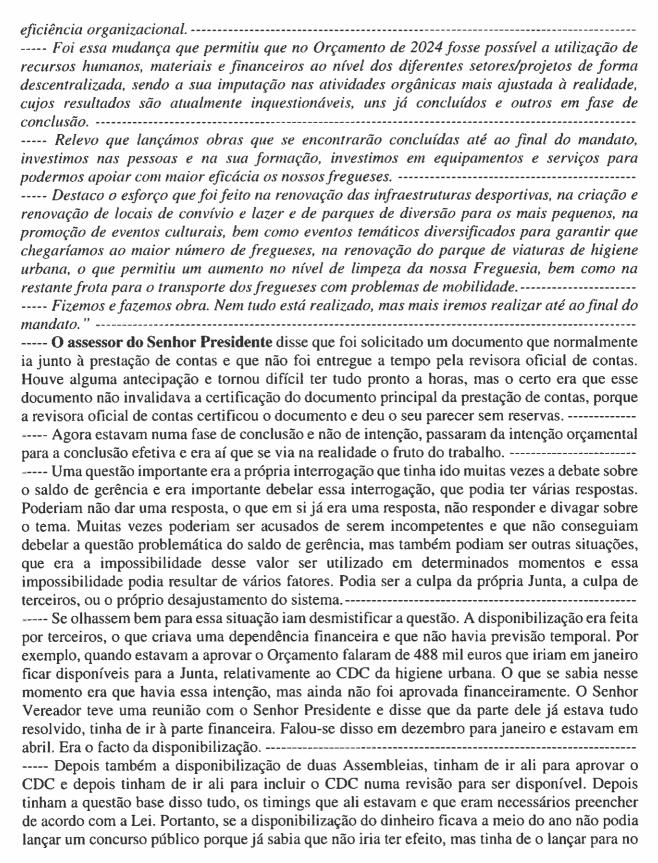
presentes na respetiva reunião
Submeteu à votação a Ata nº 29, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade
dos Membros presentes na respetiva reunião
Submeteu à votação a Ata nº 30, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade
dos Membros presentes na respetiva reunião
Perguntou ao Senhor Presidente da Junta como estaria a transmissão online das Assembleias,
se em junho já teriam oportunidade de transmitir as Assembleias online
O Senhor Presidente da Junta disse que esperava já em junho haver transmissão. No
entanto, a comissão estava a trabalhar nisso.
Ponto 2 - Informação Escrita do Presidente - 1º trimestre de 2025 (ANEXO 10);
O Senhor Presidente da Junta disse que estava espelhado no documento tudo aquilo que a Junta fez durante esse período e, portanto, não valia a pena estar a explicar ponto a ponto. Estava ao critério aquilo que leram e ficava disponível se quisessem levantar alguma questão Membro Américo Vitorino (PSD) disse que o PSD queria expressar o seu agradecimento pelo conteúdo da informação escrita, sobre a clareza e o detalhe que constava da mesma e que
tinha sido apanágio do Executivo até ao momento.
Esperava que na próxima informação escrita constasse a questão do monumento ao 25 de Novembro, que sabia estar a Junta a desenvolver os esforços e a iniciar esse processo
Queria apenas reforçar a questão dos CDCs, nomeadamente os CDCs 2023-2025, que várias vezes tinham intervindo sobre essa matéria porque foi um montante muito elevado, quase três milhões de euros que aprovaram com um mapa muito singelo, sem grandes detalhes, mas que na altura não quiseram obviar a que fossem executados esses trabalhos em prol da Freguesia. No entanto, sempre sensibilizaram o Executivo para que fosse enviado a todas as forças políticas tanto os projetos da execução como as evoluções dos mesmos, para que fossem acompanhando essa evolução
Verificava-se que a única informação que iam tendo, era através da informação escrita. O Senhor Presidente entendeu que a forma de o fazer era através da informação escrita e mais uma vez se notava a volatilidade nesses projetos, em que desapareceu mais um projeto, a otimização da rega no Campo Pequeno, foi anulado sem qualquer explicação
Foram incluídos cinco novos projetos, dos quais não discutiam a bondade: medidas de acalmia de tráfego na Rua Sousa Lopes; instalação da rampa de acesso do patamar de multibanco no Mercado de Santos ao Rego; drenagem pluvial do elevador da Rua da Beneficência, em que já havia obras e percebia-se que iria haver mais um CDC para uma obra adicional no elevador, esperavam que isso contribuísse para ele não avariar mais vezes; reabilitação do sistema de descargas elétricas na piscina; reparações diversas na piscina
Esses projetos estavam em fases diferentes de estudo, os três primeiros estavam em análise, supunha que na Câmara Municipal de Lisboa, o quarto já estava executado e o quinto estava parcialmente executado.
A questão que levantava era mais uma vez pedir ao Executivo que pudesse enviar para as diferentes forças políticas sempre que houvesse uma alteração ao projeto inicial, porque esses projetos não estavam nos eixos que aprovaram ali
Havia sempre a dúvida, sendo a Assembleia a única entidade com competência para aprovar







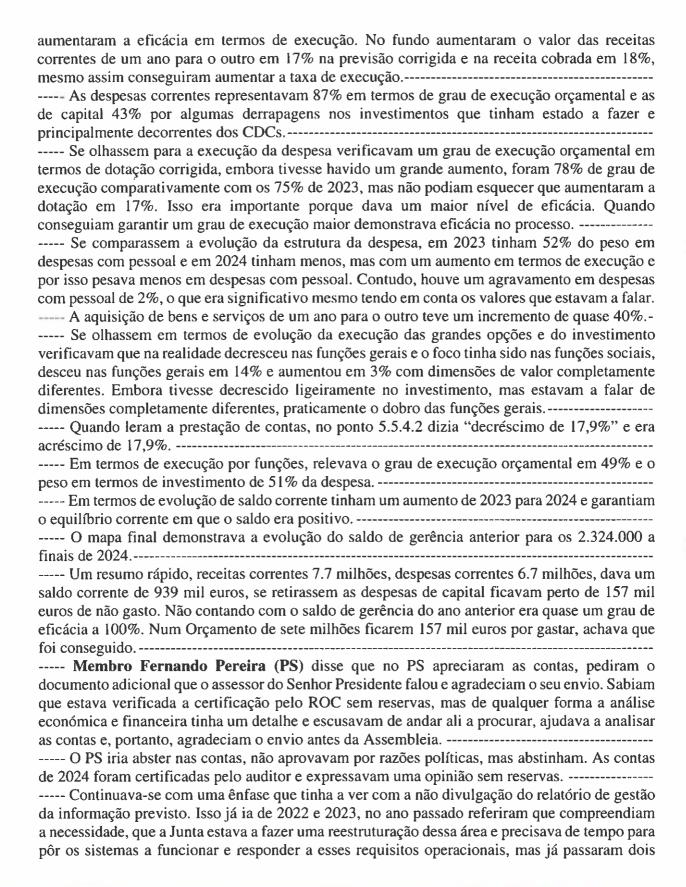






ano a seguir conseguir ter esse dinheiro. Não era gasto no ano em que lançava o concurso público e que tinha de cabimentar e passava para o ano a seguir, lá estavam a encorpar outra vez o saldo de gerência. ---------- Esses eram os factos e podiam dizer com alguma sustentação que a culpa era de quem utilizava o dinheiro, de quem disponibilizava o dinheiro e da situação condicionante do sistema. Portanto, dizer que havia alguma incompetência não vendo as coisas friamente, caso a caso, não se coadunava com a situação. Esperava que agora conseguissem de forma desmistificada perceber a razão dos saldos de gerência ficarem encorpados. --------- Em 2021 havia um saldo de gerência de 1.103.000 euros. Ou seja, entre a receita orçamental normal e se somassem o saldo de gerência aumentavam a receita total em 16%, mas se olhassem o dinheiro que foi disponibilizado em Orçamento sem o saldo de gerência em 2022 não se gastou em 11%. Se fizessem o mesmo raciocínio para 2023, embora a receita total tivesse aumentado 9,5%, deixaram de gastar da receita orçamental normal recebida, sem contar com o saldo de gerência, 5%. --------- Se fizessem o mesmo raciocínio em 2024 tinham a verdade dos factos. O que deixaram de gastar num aumento de quase 20% em termos de Orçamento inicial, na Junta não gastaram só 2% do aumento. Isso eram os números, não havia estados de alma.--------- Não queria maçar com uma situação, mas para o ano de 2025 já tinham um acréscimo de 11% a mais para gastar e se pusessem os 488 mil euros, que não sabiam quando chegavam, representavam um peso de 14% no gasto do reforço. A pergunta que se podia pôr era como se conseguiria gastar o dinheiro em tempo legalmente com esses constrangimentos.--------- Estava presente a Senhora técnica oficial de contas certificada, doutora Vera Zeferino, que dava apoio na parte patrimonial. Se houvesse alguma questão de pormenor em termos contabilísticos sobre alguma conta poderia esclarecer. ---------- O Orçamento inicial subiu de um ano para o outro praticamente 36%. Se comparassem 2023 a 2024 nas Grandes Opções do Plano viam que no ano anterior as funções gerais tinham um peso de 53% e as sociais um peso de 45%, mas no ano 2024 inverteram completamente. Para além de ter uma disparidade de 35%, as funções sociais representaram 65% do total gasto. ---------- Se olhassem para o investimento em termos de funções tinham aquilo que à partida parecia um decréscimo, ou uma perda de peso relativamente às sociais, mas não podiam esquecer que estavam a falar de dimensões de valores completamente diferentes e houve um incremento de 2023 para 2024 em perto de 700 mil euros. ---------- Se olhassem as alterações orçamentais da receita viam que a previsão falhou por defeito em cerca de 400 mil euros, 6,3% de aumento. Depois estava o saldo de gerência, o tal peso que ia passando, de 22,5%, mas no Orçamento de sete milhões tiveram um incremento de 35,9%.-------- Se olhassem para a despesa queria referir a aquisição de bens e serviços. Tiveram uma variação da dotação inicial para a dotação corrigida em 72%, isso queria dizer que houve a evolução do ano em investimento de 53%. Se olhassem para as alterações de investimento em termos de funções tinham aquilo que parecia um abaixamento nas funções sociais que se verificou, mas não podiam esquecer que as funções sociais representavam cerca de 47,6% do total gasto. --------- Em termos de execução da receita, tiveram um grau de execução além do previsto. Os serviços e taxas superaram aquilo que estavam à espera e houve um grau de execução de 80%. Se comparassem 2023 com 2024, o que à partida parecia uma menos boa taxa de execução, mas se retirassem o peso do saldo de gerência reparavam que tiveram mais de 100% de execução e



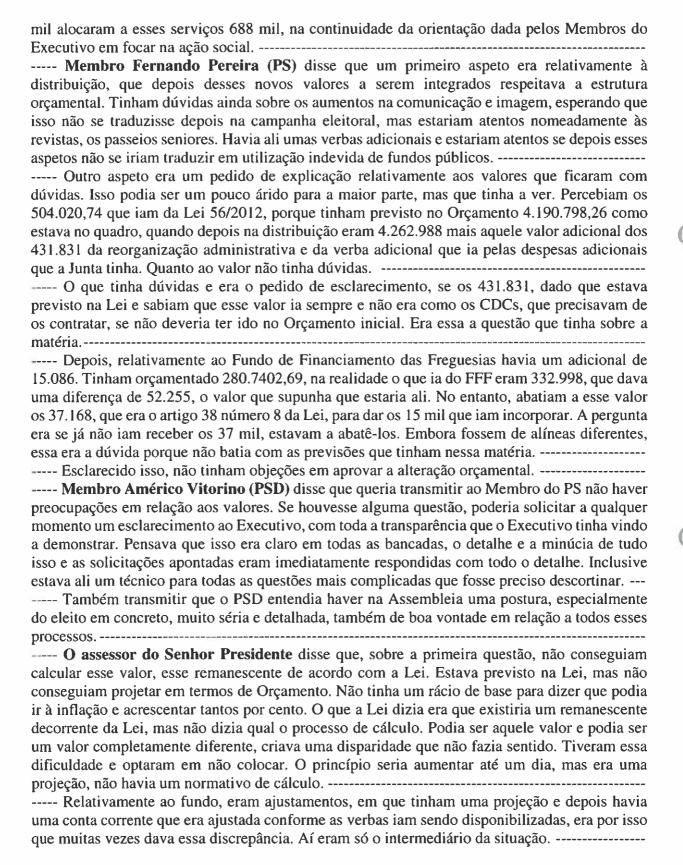






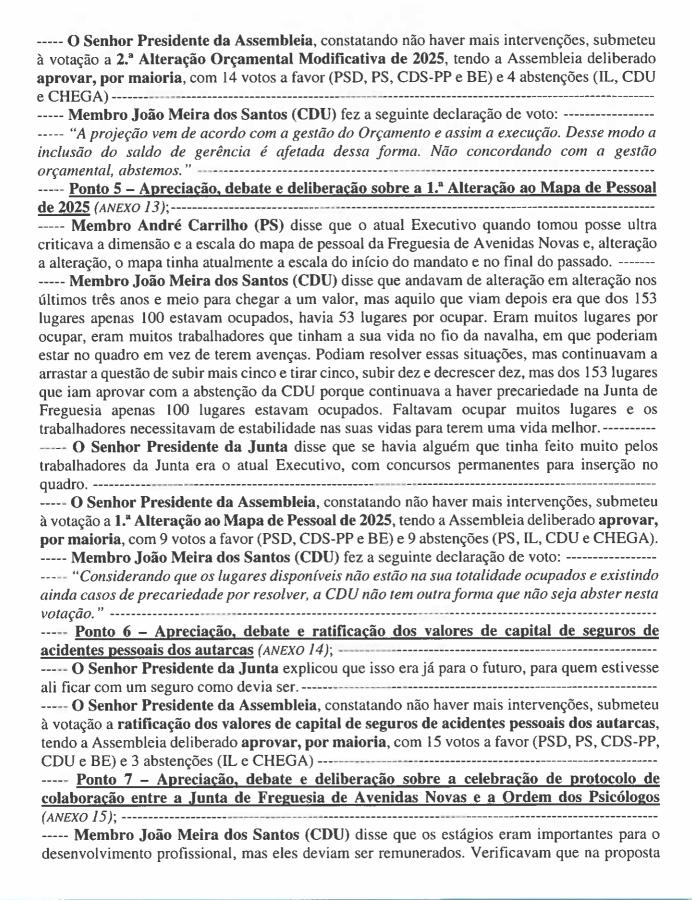
anos e renovava o apelo, que na prestação de serviços à empresa que apoiava na prestação das
contas pusessem lá esse item para cumprir integralmente esse requisito.
Culminaram com um resultado líquido de 428 mil euros, ligeiramente inferior ao ano
anterior, mas com um bom grau de execução e gerando um saldo de gerência de 2.324.458,98
euros, superior ao ano anterior pelas razões já explicadas.
Também tinha verificado o grau de execução da despesa, que foi superior à verificada no
ano passado. A despesa corrente também apresentava um grau de execução de 87,3%, superior à
do período homólogo também
Na despesa de capital verificou-se uma taxa de execução de 43%, uma diminuição
relativamente ao ano anterior, mas provavelmente por razões burocráticas. Percebiam a execução
dos contratos, que não ajudava nessas execuções do capital
As funções sociais, no caso do PPI ficou apenas em 43,4%, mas nas funções sociais a
execução era ligeiramente superior, 49,8%, o que permitiu de forma geral que a estrutura das
despesas por funções estava em linha com o orçamentado para despesas sociais, a sobreporem-
se a todas as outras em larga escala.
Nesse sentido, o PS iria abster na aprovação das contas
Membro João Meira dos Santos (CDU) disse que se verificava cada vez mais um
crescimento dos ajustes diretos e não considerava benéfico para a execução e para o que se
pretendia na Freguesia. Deixava esse repto, em vez de externalizar tanto, porque não contratar
trabalhadores para desempenhar esses trabalhos podiam rir à vontade, mas sem trabalhadores
não se fazia nada
Foi apresentado que existiam vários constrangimentos na execução e no recebimento de
verbas, mas estavam a falar de dois Executivos da mesma cor política e que se calhar deviam
debater melhor a forma de limar esses constrangimentos e a forma de receber atempadamente as
verbas.
Mais uma vez as rubricas com maior impacto eram os serviços especializados e essa situação
prejudicava os interesses da população.
A CDU absteve no Orçamento e a posição relativamente a uma prestação de contas, tendo
em conta que não tinham essa visão política, seria a abstenção.
O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu
à votação a Prestação de Contas de 2024, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria,
com 9 votos a favor (PSD, CDS-PP e BE) e 9 abstenções (PS, IL, CDU e CHEGA)
Membro João Meira dos Santos (CDU) fez a seguinte declaração de voto:
"De acordo com o parecer do auditor das contas, as mesmas estão de acordo com as
normas. No entanto, neste documento é-nos apresentada a visão do Executivo PSD-CDS, não é
a nossa visão. O PCP e a CDU têm um projeto diferenciador, quer seja no desporto, cultura,
ação social, educação, saúde e habitação."
Ponto 4 - Apreciação, debate e deliberação sobre a 2.ª Alteração Orçamental
Modificativa de 2025 (ANEXO 12);
O assessor do Senhor Presidente disse que a intenção era detalhar mais e tinha uns slides,
mas havia imprevistos que aconteciam e ficou desformatado, mas não queria deixar de salientar
dois ou três aspetos
No seguimento da primeira revisão, a distribuição dos 996 mil euros, tinham que o serviço
de educação e cultura, o serviço da ação social, o serviço da juventude e desporto, o serviço do
ambiente e espaço público e infraestruturas representavam 67.11% do total do valor. Dos 996



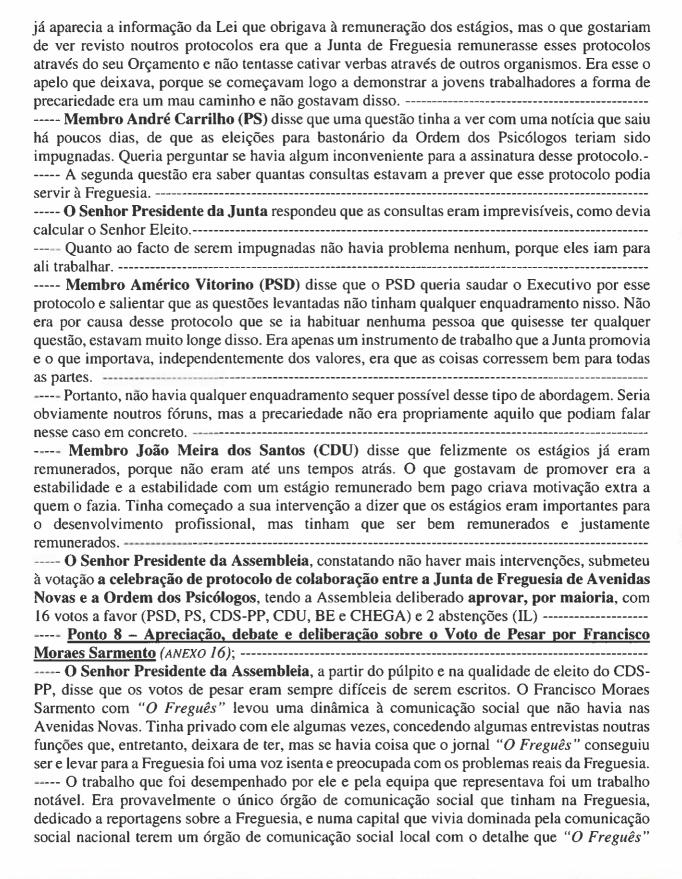






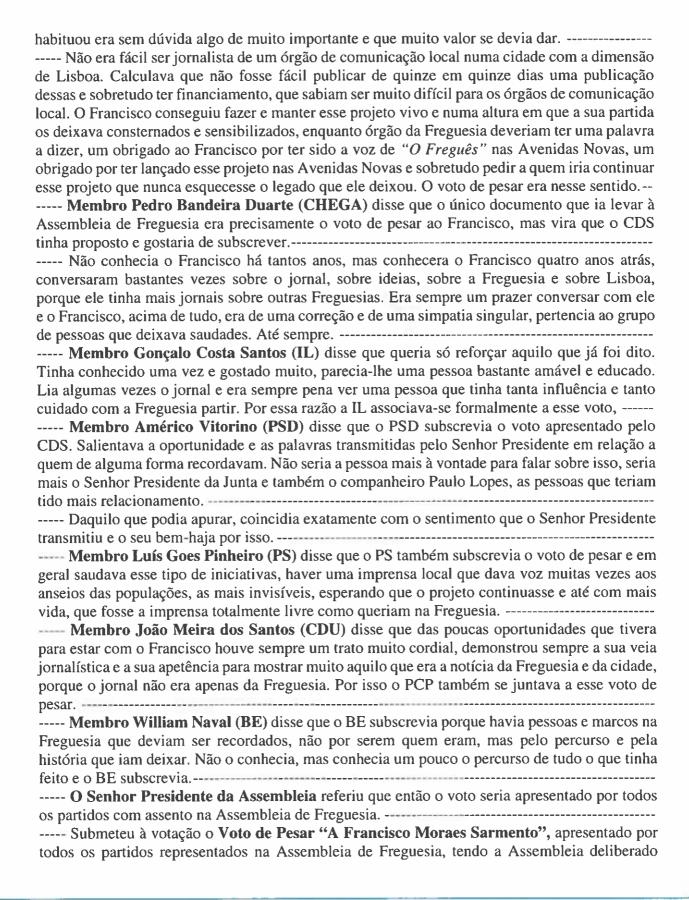














aprovar por unanimidade
(Neste momento a Assembleia procedeu a um minuto de silêncio)
Continuando, disse, no final dos trabalhos, que queria agradecer à Ordem dos Contabilistas
Certificados por ter cedido a sala para realizar a Assembleia e agradecer a todos a presença e a
forma cordial como os trabalhos decorreram
Submeteu à votação a Ata em minuta (ANEXO 17) relativa à presente reunião, tendo a
Assembleia deliberado aprovar por unanimidade
Deu por encerrada a reunião. Eram vinte e três horas e vinte minutos
Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos
Membros da Mesa presentes.
2.° SECRETÁRIO Sunte for S

Composta por 26 págs, e 17 anexos,

ANEXOS



ANEXOS

- 1. Convocatória.
- 2. Folha de Presenças.
- 3. Pedidos de substituição.
- 4. Recomendação da CDU intitulada "Mais e Melhor Ambiente, Melhor Qualidade de Vida".
- Recomendação da CDU intitulada "Mais e melhor qualidade de vida Pela promoção do Mercado de Santos ao Rego".
- 6. Saudação da CDU "À Grandiosa Manifestação dos Trabalhadores no dia 5 de Abril".
- 7. Saudação da CDU "Ao 25 de Abril e 1º de Maio".
- 8. Voto de Saudação do PS "Ao 25 de Abril e ao 1º de Maio".
- 9. Voto de Saudação do PS "Aos 50 anos das eleições constituintes".
- 10. Informação Escrita do Presidente 1º trimestre de 2025.
- 11. Prestação de Contas de 2024.
- 12. 2.ª Alteração Orçamental Modificativa de 2025.
- 13. 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2025.
- 14. Valores de capital de seguros de acidentes pessoais dos autarcas.
- 15. Protocolo de colaboração entre a Junta de Freguesia de Avenidas Novas e a Ordem dos Psicólogos.
- 16. Voto de Pesar por Francisco Moraes Sarmento.
- 17. Ata em minuta.

